

- 1- RESOLUÇÃO
 - 2- COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE
 - 3- CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO
 - 4- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 5- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
 - 6- ERRATA
-
-

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.157

Altera o Sistema de Carreira da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Carreira é o conjunto de níveis de cada cargo de provimento efetivo, de complexidade e retribuição crescentes, organizados segundo os graus de escolaridade.

Art. 2º - São 3 (três) as carreiras da Secretaria da Assembléia, correspondentes, respectivamente, aos cargos de:

I - Agente de Apoio às Atividades da Secretaria, de escolaridade inicial de 1º grau;

II - Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, de escolaridade inicial de 2º grau;

III - Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria e Procurador, de escolaridade inicial de 3º grau.

Parágrafo único - A amplitude dos padrões de cada cargo é a estabelecida na Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994, e sua distribuição em níveis, com as correspondentes exigências de escolaridade, será definida pela Mesa da Assembléia, adequando-se, no que couber, o disposto no art. 6º da referida norma a esta resolução.

Art. 3º - O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá por progressão e por promoção, nos termos de regulamento, observados, entre outros, os requisitos previstos nesta resolução.

Art. 4º - Progressão é a passagem do servidor ao padrão subseqüente de vencimento dentro do mesmo nível do cargo, condicionada a:

I - obtenção da pontuação exigida na avaliação de desempenho;

II - interstício de 2 (dois) anos de efetivo exercício, no mesmo padrão, observada a lotação nas áreas constantes no Anexo VII da Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, com suas modificações posteriores.

Art. 5º - Promoção é a passagem do servidor ao segundo padrão subseqüente de vencimento, condicionada a:

I - obtenção da pontuação exigida na avaliação de desempenho;

II - interstício de 3 (três) anos de efetivo exercício, observado, quanto à lotação, o disposto no inciso II do artigo anterior;

III - comprovação da escolaridade exigida, nos termos de regulamento;

IV - cumprimento dos objetivos e da programação periódica de trabalho da unidade de lotação do servidor na Secretaria da Assembléia.

§ 1º - Não fará jus a promoção o servidor posicionado no último nível de sua carreira.

§ 2º - A passagem ao nível subseqüente na carreira ocorrerá exclusivamente por promoção.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao servidor que, na data de publicação da Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994, estava posicionado no nível

especial do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria ou de Procurador.

Art. 6º - Não se computará, para efeito de progressão e promoção, a partir de 1º de janeiro de 1996, o primeiro ano do biênio ou do triênio nos quais o servidor, por qualquer motivo, tenha-se afastado do efetivo exercício do cargo, excetuados os casos de:

- I - férias;
- II - férias-prêmio;
- III - casamento, até 8 (oito) dias;
- IV - luto, até 8 (oito) dias, pelo falecimento de cônjuge, filhos, pais e irmãos;
- V - licença-maternidade e licença-paternidade;
- VI - licença decorrente de doença profissional ou acidente de trabalho;
- VII - licença para tratamento de saúde ou licença por motivo de doença em pessoa da família, até o total cumulativo de 90 (noventa) dias;
- VIII - licença para doação de sangue.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no "caput", o servidor poderá concorrer à progressão e à promoção no ano subsequente.

§ 2º - Caso o servidor tome posse no cargo no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de março, fica-lhe assegurado o direito de computar o ano para fins da primeira progressão e promoção, desde que, no biênio ou triênio respectivos, não se utilize das licenças de que trata o inciso VII.

§ 3º - Na hipótese de que tratam os §§ 1º e 2º, o servidor somente fará jus ao pagamento dos padrões obtidos na primeira progressão ou promoção quando completar o biênio ou o triênio de efetivo exercício.

§ 4º - O disposto nos parágrafos anteriores aplica-se ao servidor que vier a ser lotado na área administrativa da Secretaria da Assembléia após ter sido colocado à disposição de outro órgão ou ter exercido cargo na estrutura de que trata a Resolução nº 5.100, de 4 de julho de 1991.

Art. 7º - Não fará jus a progressão ou a promoção o servidor que, no respectivo período aquisitivo:

- I - tenha faltado ao serviço por mais de 10 (dez) dias, ainda que as faltas tenham sido abonadas nos termos do art. 130 da Resolução nº 800, de 5 de janeiro de 1967;
- II - tenha sofrido penalidade disciplinar.

Art. 8º - O Banco de Potencial de Gerenciamento e de Assessoramento, de que trata o parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994, passa a integrar o Banco de Desenvolvimento do Servidor - BDS -, nos termos de regulamento.

Art. 9º - O exercício das funções gratificadas instituídas no art. 23 da Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, com suas modificações posteriores, e no art. 8º da Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994, fica condicionado a:

- I - obtenção da pontuação exigida na avaliação de desempenho;
- II - admissão no Banco de Desenvolvimento do Servidor;
- III - atendimento dos requisitos específicos a serem estabelecidos em regulamento para cada função.

Parágrafo único - Os percentuais previstos no art. 11 da Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994, ficam alterados para 26% (vinte e seis por cento), 35% (trinta e cinco por cento) e 40% (quarenta por cento), respectivamente.

Art. 10 - Fica reduzido a 7 (sete) vezes o limite para concessão da gratificação de que trata o art. 13 da Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994.

Art. 11 - Fica revogado o art. 7º da Resolução nº 5.111, de 19 de dezembro de 1991, e suas alterações posteriores, respeitado o disposto em seu § 3º para as situações identificadas pela Secretaria de Assistência e Administração de Pessoal até a data de publicação desta resolução.

Art. 12 - O ajustamento dos Anexos I e II da Resolução nº 5.090, de 29 de dezembro de 1990, fica condicionado à observância dos atuais índices mínimo e máximo estabelecidos em resolução, nos termos de regulamento.

Art. 13 - A adequação do Sistema de Carreira não implicará aumento de despesa.

Art. 14 - Ficam extintos 70 (setenta) cargos de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, código AL-GM, e transformados 30 (trinta) dos remanescentes em cargos de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, código AL-GS, ajustando-se em uma unidade o quantitativo previsto no art. 3º da Resolução nº 5.134, de 10 de setembro de 1993.

Art. 15 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 6º.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os arts. 1º, 2º, 3º, art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º, e o art. 9º da Resolução nº 5.142, de 31 de maio de 1994.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de julho de 1995.

Deputado Agostinho Patrús - Presidente

Deputado Rêmoló Aloise - 1º-Secretário

Deputada Maria José Haueisen - 2ª-Secretária

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 12/7/95, as seguintes comunicações:

Do Deputado Alberto Pinto Coelho, dando ciência do falecimento do Sr. Jurandir Marques, Vice-Prefeito de Joanésia, ocorrido em 17/6/95, em Joanésia. (- Ciente. Oficie-se.)

Da Comissão de Agropecuária, dando ciência da aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 121/95 no 2º turno e dos Requerimentos nºs 539, 544 e 550/95. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Bilac Pinto, dando ciência do falecimento do Sr. Sidney Azevedo Moreira, ocorrido em 5/7/95, em Santa Rita do Sapucaí. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Péricles Ferreira, dando ciência da indicação do Deputado Simão Pedro Toledo para Vice-Líder do Bloco da Maioria. (- Ciente. Publique-se. Cópia às Lideranças.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 12/7/95, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 20/95 *

Belo Horizonte, 6 de julho de 1995.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 12.644, que cria o Fundo Estadual de Alimentação Escolar - FEAE - e dá outras providências.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao examinar a Proposição de Lei nº 12.644, que cria o Fundo Estadual de Alimentação Escolar - FEAE - e dá outras providências, sou conduzido a opor-lhe veto total por considerá-la contrária ao interesse público.

A proposta em exame estabelece que o Fundo Estadual de Alimentação Escolar - FEAE - se destina à compra de produtos alimentícios para programas de alimentação escolar, destinados a alunos matriculados em creches ou classes de pré-escola do ensino fundamental ou de educação especial.

Os recursos do Fundo decorreriam, basicamente, de consignações próprias a serem incluídas no orçamento do Estado e de recursos de órgãos e entidades da esfera federal.

Cabe dizer que a proposição de lei em exame, assim estabelecendo, não se recomenda à sanção, tendo em vista que já se acham institucionalizados, por meio da Resolução nº 6.401, de 11 de janeiro de 1988, da Secretaria de Estado da Educação, os instrumentos de planejamento e de distribuição de recursos para a compra de gêneros alimentícios para o desenvolvimento de programa de alimentação escolar.

Esse objetivo vem sendo cumprido, de modo plenamente satisfatório, com o emprego de recursos do Estado, consignados no orçamento anual, e com os obtidos em razão de convênio celebrado com a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE -, os quais são repassados às escolas por intermédio das Prefeituras ou das Caixas Escolares, o que tem assegurado um mecanismo eficiente de aquisição e distribuição de alimentos no âmbito das escolas.

Verifica-se, assim, que há toda uma estrutura implantada no serviço público estadual

e comprometida com a captação de recursos e com o repasse dos valores respectivos para a aquisição da merenda escolar, não se justificando a criação de fundo, como proposto, para cumprir finalidade idêntica.

Além disso, a proposta não é também de ser aceita pelo fato de que se caminha no sentido da municipalização da execução de programas de merenda escolar, o que já vem ocorrendo com o repasse direto, da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE - para Prefeituras do Estado, de recursos financeiros para esse fim.

Esses são os motivos pelos quais nego sanção à Proposição de Lei nº 12.644, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 6 de julho de 1995.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Sepúlveda Pertence, Presidente do STF, comunicando que essa Corte, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.251-7/600, na sessão de 30/6/95, deferiu, em votação unânime, o pedido de medida liminar para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do art. 3º da Lei nº 11.816, de 26/1/95, deste Estado, e solicitando informações sobre o alegado na petição.

Da Sra. Júnia Marise, Senadora da República, manifestando sua solidariedade com este Estado, ao repudiar a decisão do Governo Federal de transferir a administração da CEF para o Rio de Janeiro.

Do Sr. Benedito Guimarães, Deputado Federal, informando que apresentou proposta de emenda à Constituição, cujo texto integral anexa, para alterar o inciso III do art. 60 e estabelecer que a proposta de emenda à Constituição será acatada se obtiver o apoio de, pelo menos, três Assembléias Legislativas, e solicitando apoio ao seu projeto.

Do Sr. Ibrahim Abi-Ackel, Deputado Federal, comunicando a filiação ao PPR do Deputado Raul Lima Neto e solicitando seja este parlamentar considerado Líder da legenda nesta Casa.

Dos Srs. Geraldo Resende, Superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais, Luiz Carlos Biasutti, Presidente do Tribunal de Alçada, Argemiro Magalhães Netto, Chefe do Escritório de Representação do Ministério da Saúde em Minas Gerais, e Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem ao Sr. Celso Mello de Azevedo.

Do Sr. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça (2), encaminhando exemplar da Lei Complementar nº 38, de 13/2/95, e informando que encaminhou ao Corregedor-Geral de Justiça o ofício que contém solicitação do Deputado Paulo Schettino.

Do Sr. Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública, informando sobre a impossibilidade de instalação de delegacia especializada da criança e do adolescente no Município de Montes Claros, em virtude da inexistência de recursos humanos para tal fim.

Do Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola - DEAGRI - da Secretaria de Política Agrícola - SPA - do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, informando sobre a renegociação das dívidas vencidas ou a vencer em 1995, o descasamento do Plano Collor, a renegociação de investimento, o PROAGRO, o financiamento de custeio e de comercialização da safra agrícola de 1995/1996, os recursos financeiros para a safra 1995/1996, a reabertura de crédito rural pelo Banco do Brasil, o programa para os pequenos produtores rurais e as novas condições para os financiamentos concedidos com recursos dos fundos constitucionais e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA.

Do Sr. Sebastião Tejota, Deputado Estadual de Goiás, enviando cópia da matéria "Exemplo para o País", do jornalista Roserval Ferreira, publicada na edição dos dias 11 a 17/6/95 do "Jornal Opção", de Goiânia.

Dos Srs. José Souza de Lima e Paulo Henrique Nogueira, Prefeitos Municipais de Desterro de Entre-Rios e de São João do Manteninha, respectivamente; Benedito Paula Said e João Barroso, Presidentes das Câmaras Municipais de Montes Claros e de Timóteo, respectivamente; Adejair Barros e Antônio Pedro da Silva, Presidentes dos Sindicatos Rurais de Manhuaçu e de Desterro de Entre-Rios, respectivamente; Edson José Soares, Secretário Executivo do Centro de Assistência Técnica - CAT -, de Governador Valadares, e da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce e aos Bens Naturais do Vale do Aço, manifestando seu apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 285/95 na forma original. (- Anexem-se ao Projeto de Lei nº 285/95.)

Dos Srs. José Antônio Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu, e outros e Zulmira Novais Pinto, Presidente do Colegiado de Diretores de Paracatu, e outros, manifestando seu apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 44/95. (- Anexem-se ao Projeto de Lei nº 44/95.)

Do Sr. Alexandre Luís Pereira Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Esmeraldas, encaminhando requerimento do Vereador Marcelo Palhares Vieira, em que solicita apoio à proposta do município para a construção de uma subestação e extensão da rede elétrica rural e urbana.

Do Sr. Iran Campolina Leitão, Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas, apresentando protesto contra as medidas administrativas de desligamento voluntário tomadas pelo Banco do Brasil.

Do Sr. Solon Ferreira da Rocha Filho, Presidente da Câmara Municipal de Nanuque, agradecendo a doação, por esta Assembléia, da Constituição Estadual e de outros livros para biblioteca da Câmara.

Do Sr. Wilmar José Vargas, Presidente da Câmara Municipal de Campo Bom, encaminhando requerimento dessa Casa no qual se solicita o apoio desta Assembléia à defesa dos aposentados na reforma da Previdência Social.

Da Sra. Marlene das Mercês Ferreira Caldas, Diretora-Geral do Instituto Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IEDRHU -, encaminhando o relatório final elaborado pela Comissão Central do Censo, referente ao recadastramento dos servidores públicos civis do Poder Executivo do Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Durval Freire de Carvalho Olivieri, Diretor-Geral do Centro de Recursos Ambientais - CRA - da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, informando a realização de um "workshop" nos dias 13 e 14 de julho, em Salvador, a fim de obter subsídios para a formulação do gerenciamento ambiental da bacia do rio São Francisco e solicitando a participação do Prof. Fábio Marton no referido evento.

Do Sr. Márcio Luiz Murta Kangussu, Secretário Adjunto de Administração, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, informando que o imóvel de que trata o Projeto de Lei nº 113/95 está vinculado à Secretaria da Fazenda e que foi solicitada a manifestação desta a respeito da doação pretendida. (- À Comissão de Justiça.)

Da Sra. Zazá Schetino, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo o envio de exemplar do "Deputados Mineiros 1995-1999".

Do Sr. Jeferson Sales de Carvalho, Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação - APC - do DER-MG, solicitando encaminhamento de relação das obras rodoviárias priorizadas nas audiências públicas regionais deste ano.

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Chefe de Gabinete do Governador, solicitando encaminhamento de relação das propostas aprovadas na audiência pública regional realizada em Caxambu.

Do Sr. Nelmar de Castro Batista, Secretário para Assuntos Parlamentares do Banco Central do Brasil, encaminhando relação dos consórcios que estiveram ou estão sob intervenção desse Banco desde 1991.

Do Sr. Renato Paiva Lamounier, Consultor Adjunto do Projeto PNUD/OACI/RLA/92/031, solicitando que o Sr. Fábio Marton Costa Santos, servidor desta Casa, integre o quadro de conferencistas em seminário sobre normas e procedimentos para a proteção do meio ambiente no âmbito aeronáutico.

Da Sra. Dalva Lúcia de Melo Magalhães e outros, representantes do Colegiado da Escola Estadual Senador Levindo Coelho, solicitando dotação orçamentária destinada à construção de novas instalações para a referida Escola.

Do Sr. Rinaldo Calixto Cruz, Presidente da Comissão Geral Pró-Emancipação Político-Administrativa do Distrito de Xonim, solicitando a aprovação do pedido de emancipação do Distrito de Xonim, no Município de Governador Valadares. (- À Comissão de Assuntos Municipais para anexar ao processo de emancipação.)

Do Sr. Afrânio Alves de Andrade, Superintendente-Geral da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -, encaminhando a publicação "Indicadores Industriais".

Do Sr. Juscelino Ferreira da Silva, Presidente do Rotary Clube de Pirapora, protestando contra a forma de escolha e aprovação das propostas nas audiências públicas regionais, cujos mecanismos possibilitam a vitória de propostas de pouca relevância social.

TELEGRAMA

Do Sr. Sepúlveda Pertence, Presidente do STF, comunicando a decisão desse órgão em relação ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.251-7/600.

CARTÕES

Dos Srs. Cláudio Roberto Mourão da Silveira e Ana Luiza Machado Pinheiro, respectivamente, Secretários de Administração e da Educação; Fábio Eugênio Ferreira Lima e João Batista dos Mares Guia, respectivamente, Secretários Adjuntos da Habitação e da Educação; José Henrique Santos Portugal, Chefe de Gabinete do Governador do Estado; Delfim Ribeiro, Delegado do Ministério de Minas e Energia, e Víctor Motta, Diretor-Superintendente do SESI-DR-MG, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Sr. Celso Mello de Azevedo.

Dos Srs. Cláudio Roberto Mourão da Silveira e Ana Luiza Machado Pinheiro, respectivamente, Secretários de Administração e da Educação; José Maria Borges,

Presidente do IPSEMG; João Batista dos Mares Guia, Secretário Adjunto da Educação; André Quintão Silva, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, e Víctor Motta, Diretor Regional do SENAI-DR-MG, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao centenário de nascimento do engenheiro siderurgista Louis Ensck.

Dos Srs. Carlos Melles, Deputado Federal, e Álvaro Henrique Vianna de Moraes, Comandante da 4ª Brigada de Infantaria motorizada, agradecendo o envio de exemplar do livro "Deputados Mineiros - 1995/1999".

Da Sra. Ana Luiza Machado Pinheiro, Secretária da Educação, agradecendo o convite para a reunião de instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal.

Do Sr. Tarcísio Ferreira, Presidente da BELOTUR, agradecendo o convite para a reunião em homenagem à Polícia Militar de Minas Gerais, pelos 220 anos de sua existência.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 5/7/95

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos da galeria, imprensa, estamos aqui, hoje, para abordar um tema do qual a imprensa, nos últimos dias, já vem tratando: o Programa de Demissão Incentivada do Banco do Brasil.

A direção do Banco do Brasil apresentou aos representantes do funcionalismo, no dia 27 último, o plano de demissões incentivadas, com a meta de desligamento de 16.500 servidores. Seu custo financeiro pode chegar a R\$650.000.000,00, o que representaria um corte de 15% do pessoal concursado, provocando uma ruptura cultural sem precedentes na história da instituição.

O significado maior, no entanto, diz respeito ao perfil que a direção do Banco quer para a empresa. Afirma-se, cada vez mais, uma concepção administrativa calcada nos princípios da gestão privada. A empresa encolhe, abandona praças consideradas não lucrativas, achata os salários, reduz as chances de ascensão na carreira, elitiza a clientela e provoca demissões. Adapta-se o Banco aos padrões do mercado, sob a ditadura do lucro - "a primeira função social", como diz a empresa - e, inversamente, fecha-se o leque da atuação social voltada para a "alavancagem" da economia. Contraditoriamente, a modernização convive com o arcaísmo das negociações do Governo, que tem usado o Banco para garantir votos no Congresso Nacional.

O Programa de Desligamento Voluntário está sintonizado com o paradigma comercial que relatamos, e talvez por isso mesmo, é uma obra-prima de oportunismo maquiavélico. De uma vez por todas: o que sustenta o Programa, antes de qualquer virtude de seus benefícios ou prêmios, são a insegurança e a pauperização atual do funcionalismo. Isso, Srs. Deputados, não é fruto do acaso. A direção do Banco do Brasil produziu intencionalmente, e com a ausência deliberada de uma política de recursos humanos, o caos entre os funcionários: os baixos salários, o endividamento generalizado e as listas de excedentes são as matrizes originais e causais da escolha pela demissão. Sob a máscara da voluntariedade, esconde-se um efetivo programa de desligamento induzido.

Informamos aos Srs. Deputados que listas de excedentes estão sendo elaboradas em cada agência, adequando o quadro da agência, ou seja, rebaixando o quadro da agência, e os funcionários que deverão sair ou ser transferidos estão sendo gradativamente nominados.

O aspecto imediato mais pernicioso do Programa são as listas de excedentes, feitas em quase todas as dependências para ajustar dotações. Anotem: há um sem-número de funcionários listados de acordo com a relação idade "versus" comissão exercida.

O Banco estabeleceu o perfil do funcionário que ele quer que saia da empresa. São os que ocupam postos efetivos até 12 anos; acima de 12 anos de serviço são os que ocupam cargos executivos; ou aqueles que exercem comissão de execução há mais de 14 anos; e a gerência média, os comissionamentos da gerência média com mais de 17 anos de serviço. (- Lê:)

Então, pressionados pelas transferências compulsórias, os funcionários, em função de suas vidas já estabelecidas em suas cidades, não terão outra saída senão a demissão nos termos que o Banco propôs.

Mas a questão não se encerra por aí. A demissão maciça é contraditória com as deficiências tecnológicas do Banco e debilitará o atendimento oferecido à comunidade.

Os critérios de definição do público-alvo para as demissões (os "voluntariáveis"),

cruzando tempo de serviço com comissão exercida, supõem a existência de padrões profissionais de ascensão na carreira e, portanto, oportunidades iguais, o que, definitivamente, não corresponde à realidade que conhecemos.

Não podemos esquecer que a empresa de economia mista Banco do Brasil - que tantos serviços tem prestado ao nosso País e que precisa recuperar suas funções de fomento e de desenvolvimento - teve na sua Presidência pessoas como Lafaiete Coutinho e Celso Cavalcante, os quais fizeram um tremendo estrago na empresa, usando seus cargos e suas influências para prestarem grandes desserviços à Nação brasileira, uma vez que todas as negociatas envolvendo usineiros e outros casos desse tipo ocorreram durante as gestões desses dois senhores, entre outros.

Como derivação, já que o plano não aponta como será o futuro, inaugura-se na empresa uma política de subcarreiras, em que a cada mês avolumam-se funcionários cuja idade já não se adequa ao que a direção do Banco julga ideal para o exercício da comissão. A cultura da estabilidade é substituída pela cultura da insegurança."

Os Deputados, durante esse recesso, ao regressarem às suas bases, poderão constatar o clima existente nas agências do Banco do Brasil. É um clima de terrorismo, de insegurança e de apreensão diante de todo esse quadro que estamos relatando.

Por mais que a opção pela saída seja uma atitude individual, seria irresponsabilidade mantermos um olhar passivo sobre mais esse desatino da direção do Banco do Brasil. O Programa de Demissão Voluntária apresentado aprofunda o abismo entre o Banco e a sociedade, por basear-se em uma visão mercantilista dessa relação.

Srs. Deputados, afirmamos que o Brasil não precisa de um novo BRADESCO, pois o Brasil já tem Bancos privados em excesso disputando o mercado. Não estamos condenando, mas, sim, contestando a política oficial do Governo Federal para os Bancos públicos. Transformar o Banco do Brasil, quando sabemos que na sua esteira virá uma série de outras empresas oficiais, de Bancos oficiais a terem o mesmo tratamento, é abrir mão de um instrumento que seria fundamental para alavancar o desenvolvimento do nosso País.

O jornal "Folha de S. Paulo" de domingo, dia 2/7/95, diz em uma de suas manchetes que "a hora é ruim para a adesão às demissões voluntárias. O mercado de trabalho tende a piorar e o momento não é propício às microempresas."

Esse quadro - para o qual o funcionalismo do Banco do Brasil está sendo empurrado, pois está sendo induzido às demissões voluntárias - é muito preocupante, quando sabemos que o mercado de trabalho não contribui, não colabora para receber aqueles funcionários, a fim de que eles possam desenvolver outras atividades fora da empresa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de trazer, em primeira mão, à Assembléia Legislativa de Minas Gerais - inclusive como uma seqüência dos trabalhos da comissão especial que acompanhou o processo de fechamento e de enxugamento da rede de agências do Banco do Brasil no Estado de Minas Gerais, ocasião em que conseguimos trazer a esta Casa inúmeros Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores e contamos também com a presença de vários Deputados - o levantamento que conseguimos fazer através do nosso gabinete sobre as agências que estão sendo fechadas. A data estipulada para tal fechamento é 7 de julho, dia em que essas agências fecharão suas portas e deixarão de prestar atendimento ao público.

Queremos dizer que consideramos uma vitória o trabalho da comissão, uma vez que tínhamos inicialmente 71 agências que estavam sendo acompanhadas e monitoradas, todas passíveis de serem fechadas, e agora, através da mobilização da comunidade, da pressão dos parlamentares, dos Prefeitos, Vereadores e demais lideranças comunitárias, o Banco do Brasil reduziu drasticamente o número de agências a serem fechadas. São atualmente 14 agências: Gurinhatã, Cláudio, Ataléia, Pavão, Medina, Simonésia, Baependi, Paraguaçu, Capitólio. E, também, a agência Bairro Niterói, em Divinópolis; agência Tiradentes, em Contagem; agência Av. Brasil, em Patos de Minas; Agência Nossa Senhora da Abadia, em Uberaba; Agência Marechal, em Poços de Caldas.

Srs. Deputados, queremos, mais uma vez, afirmar a nossa posição, ao ver empresas como o Banco do Brasil tendo um tratamento diferenciado por parte do Governo Federal. Queremos acreditar que instrumentos como o Banco do Brasil, que poderiam ser utilizados para tirar este País da miséria, fomentar a agricultura, "alavancar" o desenvolvimento, em suma, elevar o nível de financiamento da atividade econômica do País, não deveriam ser jogados na vala comum das críticas à ação do Governo para desestabilizar as estatais e seu funcionamento.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tenho acompanhado, pela imprensa, o que vem sendo divulgado sobre o problema do trânsito de Belo Horizonte em função de desvios efetuados pela BHTRANS. É o tipo de problema que toda cidade gostaria de ter; se hoje estão paradas determinadas vias, como a Avenida Amazonas, é porque a Prefeitura está substituindo todo o asfaltamento, que já tem 20 anos. É o programa de obras mais ousado de Belo Horizonte, pois contempla 300m de asfalto na cidade. Isso vem, inclusive, afastar a idéia de pessoas que acham que os partidos de esquerda não são tocadores de obras. Acho que o Prefeito Patrus Ananias, na sua ação de governo, vem demonstrando ter

capacidade administrativa; ele teve a sensibilidade de fazer essa obra ouvindo a população através do orçamento participativo. E as obras que interferem diretamente na vida da cidade, como as das Avenidas Amazonas, Teresa Cristina, o complexo viário da Lagoinha, que está parado desde a campanha de Eliseu Resende contra Tancredo Neves, em 1982, fazem parte do conjunto de obras que interfere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos de Belo Horizonte. Estamos muito satisfeitos com isso, porque, na verdade, estavam apostando que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ia perder-se na burocracia da máquina, e estamos sentindo exatamente o contrário. Em Belo Horizonte, hoje, há 400 obras; o asfaltamento está sendo feito da noite para o dia, e a canalização do Arrudas, tendo continuidade. Há obras em todas as regiões da cidade, nas Avenidas Amazonas, Cristiano Machado, Cândido da Silveira, Pe. Pedro Pinto, em Venda Nova, e Alcindo Vieira, no Barreiro.

Como membro da Frente BH Popular, ficamos na obrigação, inclusive, de dar o nosso testemunho desta tribuna, porque o destino e a qualidade de vida da nossa Capital nos interessam de perto. Queremos mostrar o que está sendo feito pela administração da Frente BH Popular. Temos, também, outros programas, como escola plural, programas de abastecimento. A cidade está sendo preparada pelo Prefeito Patrus Ananias para os novos tempos, para comemorar o seu centenário, pela administração da Frente BH Popular.

Quando estiverem concluídas as obras do metrô, todas as vias de acesso a ele, por meio de ônibus, estarão preparadas para atender à demanda.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar e falar publicamente da importância e da qualidade da administração da Frente BH Popular, que vem atendendo aos anseios da população, inclusive, mudando métodos. Na verdade, Belo Horizonte, que sempre definia o destino das obras de maneira fisiológica, hoje, com os métodos implantados por essa Frente, inverte essa tendência. A população elege o seu plano de obras, e a Prefeitura o executa; e, além das obras eleitas pela comunidade, ela vem reservando grande parte de seus investimentos para as obras consideradas regionais, que não fazem parte nem de um, nem de outro bairro, mas dizem respeito à qualidade de vida de toda a população. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados: nos dois últimos dias, um grande número de políticos e intelectuais tem externado sua indignação relativamente às declarações do Presidente da República de que as esquerdas brasileiras seriam burras, porque discordam das mudanças propostas pelo Governo.

Realmente, a declaração de FHC é lamentável, porém perfeitamente previsível, sobretudo se analisarmos as atitudes desse homem desde sua ascensão ao Ministério da Economia, ainda no Governo Itamar Franco. Desde que assumiu o posto de condutor da economia brasileira e passou a almejar a Presidência da República, Fernando Henrique tem demonstrado extrema sagacidade, aprendendo facilmente as lições ensinadas pelo PFL e pelos outros partidos que o apóiam. Já faz 30 anos que esses partidos inteligentes descobriram que alcançar o poder bajulando militares, governantes e grandes grupos internacionais é muito mais fácil do que conscientizando e politizando a grande massa de miseráveis deste País. Essa inteligência fez com que os atuais amigos de Fernando Henrique patrocinassem a tortura e o extermínio dos que pediam democracia, lutassem contra a emenda de Dante de Oliveira, votassem a favor de cinco anos de mandato para Sarney e, sobretudo, garantissem, aleatoriamente, diversas concessões de canais de rádio e televisão. Nesse período, o povo brasileiro viveu a maior crise de toda a sua história, porém, homens como Sarney, Antônio Carlos Magalhães e tantos outros notáveis da trupe de Fernando Henrique mantiveram-se firmes no poder.

Até há pouco tempo, Fernando Henrique parecia orgulhar-se de seu passado esquerdista, lembrando, inclusive, constantemente, o seu tempo de exílio no Chile. Sabemos, entretanto, que o exilado não sai do País com o direito de voltar a hora que quiser. Não sai do País com licença do Governo. Sabemos que, naquela época em que ele dizia ser exilado, não passava de um oportunista, que buscava, no exílio, vantagens no Chile e oportunidade para ter melhores empregos e salvar melhor sua pele.

Irônico, o Sr. Fernando Henrique abusa do cargo que ocupa e desrespeita o povo brasileiro. Ao entregar ao Ministro Adib Jatene R\$1,00, dizendo-lhe que, com aquele dinheiro, o Ministro poderia resolver o problema da saúde no País, o Sr. Fernando Henrique mostrou que sua ironia não passa de grosseria, de desrespeito ao povo brasileiro, que sofre na pele os problemas da área da saúde, que está sendo sucateada. Autoritário, Fernando Henrique reage às críticas com o mesmo espírito democrático do Gen. Figueiredo, que "prendia e arrebatava" os que a ele se opunham. Queremos lembrar que, há poucos dias, foi com "prende e arrebatava" que o Sr. Fernando Henrique colocou militares dentro das refinarias de petróleo, dizendo, com orgulho, que, assim, quebrava a espinha do sindicalismo brasileiro. Não acredito que, como sociólogo que é, o Sr. Fernando Henrique não saiba que o regime democrático só se sustenta com um sindicalismo forte, com partidos fortes e com o povo organizado.

Além de irônico e autoritário, o Sr. Fernando Henrique mostra a pressão que faz

quando quebra o monopólio das estatais do petróleo, das telecomunicações, desrespeitando seu próprio partido, que defende, no seu estatuto, o monopólio estatal. Não queremos entrar em briga doméstica. Os problemas do PSDB, que o Sr. Fernando Henrique os resolva com seu próprio partido. Sabemos que, cada vez mais, ele se joga nos braços do PFL, e não foi por acaso que fez alianças com ele e agora acusa e desrespeita seus companheiros de partido. Como disse há pouco, essas brigas domésticas, que ele as resolva com o PSDB.

Queremos dizer, entretanto, que, apesar de toda a inteligência que ele possui, nós queremos continuar como esquerdistas. Se é que ser da esquerda é burrice, orgulhamo-nos dessa burrice. Para infelicidade desse Presidente, há muito que os partidos de esquerda aprenderam a conviver e combater a intransigência e o autoritarismo da direita, conservadora e retrógrada, a qual domina o País. Nos últimos anos, tem aumentado muito o número de candidatos de esquerda eleitos, de maneira democrática, pelo povo brasileiro. Apesar de árdua, tem sido vitoriosa nossa luta contra o clientelismo, contra o sucateamento do Estado e contra a inteligência dos conservadores, que sempre governaram este País.

É bem verdade que poderíamos obter vitórias em maior número. Bastaria nossa adesão à política de apoio irrestrito ao Governo apenas para dele conseguir algumas benesses. Porém, este não é nosso conceito de inteligência, tampouco pretendemos alcançar o poder desta forma. O que o Presidente classifica como burrice, para nós, chama-se idealismo, oposição democrática, defesa do patrimônio público e ética. A face das esquerdas não muda conforme as marés. Sabemos que é preciso transigir e evoluir, mas não, em nome do afago, da vitória barata. Na esquerda, não há barganhas imorais como as que têm sido perpetradas pelo atual Governo.

Finalmente, gostaria de dizer-lhes que, apesar do autoritarismo, que tem sido a marca registrada do atual Governo, as declarações do Presidente me deixaram muito feliz. Feliz, porque entendo que, ao classificar as esquerdas de burras e o seu Governo de inteligente, FHC se livrou, definitivamente, de uma crise de identidade que, na certa, o acompanhava há muito. Finalmente, o Presidente assumiu que seu Governo nada tem de social-democracia; é apenas uma frente neoliberal, a mesma que temos combatido nos últimos 30 anos de nossa história. Saiba o Sr. Presidente que, se a esquerda é burra, essa burrice há de nos ajudar a não nos entregar nem a dar a nossa alma ao diabo. É o que tínhamos a dizer. Muito obrigada.

O Deputado Paulo Schettino - Exmo. Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, imprensa e pessoas presentes nas galerias, venho a esta tribuna para informar a todos sobre a realização do 1º Simpósio de Segurança, acontecido na cidade de Itabira, nos dias 28 e 29 deste mês, simpósio este patrocinado pela Secretaria da Segurança Pública, por intermédio de seu titular, Sr. Santos Moreira da Silva, e que congregou as Polícias Civil e Militar e as comunidades da regional de João Monlevade e de Ipatinga.

Lá compareceram diversos Prefeitos, Vereadores e organizações da sociedade civil, porque o grande objetivo desse simpósio é, exatamente, fazer uma polícia nova, preparada para os novos tempos, e integrada com o cidadão. Esse tem sido o objetivo do Secretário. Evidentemente que, para haver uma mudança desse tipo, decorrerá um certo tempo, mas o simpósio foi realizado de maneira auspiciosa. Aproveito, então, a tribuna, para congratular-me com o Governador Eduardo Azeredo e com o Sr. Santos Moreira por essa realização, embora já o tenha feito, oficialmente, por meio de requerimento à Mesa da Assembléia.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessoria da Casa, venho a esta tribuna para falar de um assunto de suma importância para nossa região, o Norte de Minas, a qual tenho orgulho de representar, assim como outros Deputados. Trata-se da Faculdade de Agronomia, que está sendo instalada na cidade de Janaúba, numa iniciativa firmada através de convênio entre a UNIMONTES e a Prefeitura Municipal de Janaúba.

Quero dizer, Sr. Presidente, que temos, ali, terras irrigadas de excelente qualidade, onde produzimos as melhores frutas, como banana, uva, melão, tomate, pepino, as quais, inclusive, já exportamos. Enfim, tudo o que se planta produz. Este ano estamos realizando o I Encontro Norte-Mineiro de Fruticultura. Enfim, Janaúba tem todas as condições para oferecer um grande curso de agronomia.

Portanto, como representante da cidade de Janaúba e das demais cidades norte-mineiras, gostaria de fazer um apelo a todos os colegas parlamentares, para que nos ajudem na implantação dessa faculdade. Hoje, são 200 alunos que saem, diariamente, de nossa cidade para cursar a faculdade na vizinha cidade de Montes Claros. Contando com alunos das cidades vizinhas, são mais de mil estudantes que viajam diariamente cerca de 250km, colocando suas próprias vidas em risco. Saem às 17 horas e voltam para suas respectivas cidades à 1 hora da manhã.

Estivemos, na semana passada, em Brasília, com a Ministra Interina da Educação e mostramos a ela a importância de se criar essa faculdade. As cidades norte-mineiras têm muitos problemas sociais. Por isso, precisamos conseguir a implantação dessa

faculdade.

Assim, peço o apoio dos nobres colegas desta Casa, pois a bancada dos Deputados do Norte de Minas vai se reunir hoje, às 17 horas, com o Prefeito de Janaúba, Sr. Pedro Roberto de Menezes Neto, e com as demais autoridades daquela região, para discutir formas para a efetivação desse projeto. Quero pedir que nos ajudem a realizar o sonho dos nossos jovens norte-mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa e visitantes, inicialmente, queremos parabenizar o Deputado Dimas Rodrigues pela sua luta, e pela inteligência, com que representa a comunidade norte-mineira, de uma forma especial, a cidade de Janaúba, onde é Deputado estadual majoritário.

Sabemos, Deputado Dimas Rodrigues, que, neste País, tudo se resolve às custas de muito sacrifício, muita luta. Essa luta, que V. Exa. empreende nesta Casa, conclamando seus pares e, de uma forma especial, os Deputados votados na região norte-mineira, é uma tentativa de ver implantado não o seu sonho, mas o sonho da cidade de Janaúba e das cidades vizinhas, de ter um curso superior na área de agronomia.

Conte com o nosso total e irrestrito apoio. Estaremos presentes na reunião proposta por V. Exa. e, a partir daí, poderemos traçar uma linha de conduta para sensibilizarmos as autoridades estaduais para a realização desse sonho da comunidade norte-mineira e, principalmente, da comunidade de Janaúba.

Sr. Presidente, quero, em rápidas palavras, prestar as minhas homenagens à cidade de Montes Claros, que, no último dia 3, comemorou 138 anos de emancipação política. Montes Claros é uma cidade problemática, como o são todas as cidades de grande porte deste Estado. Tem no entanto proporcionado, principalmente para as pessoas do Norte de Minas, muitas oportunidades.

Costumo dizer que Montes Claros situa-se no meio do caminho entre o Nordeste, o Sul e o Sudeste do Brasil. Tem as mesmas características sociais e geográficas do Nordeste. Entretanto, por pertencer ao Estado de Minas Gerais, ela tem sido esse meio caminho, principalmente para os imigrantes que vêm do Nordeste em busca de melhor sorte. A todos tem recebido de braços abertos, sem medir esforços para dar qualidade de vida e melhores condições para as pessoas se instalarem. Por isso mesmo, é, hoje, a 5ª cidade do Estado em número de habitantes, mas ocupa um dos primeiros lugares na quantidade de problemas sociais graves, quase insolúveis.

Isso exige de todos nós, principalmente nós, Deputados daquela região e daquela cidade, um esforço sobrenatural para dotá-la de melhor infra-estrutura e proporcionar melhores condições de vida aos seus habitantes. Parabéns, Montes Claros. Conte conosco. Esperamos que, com nossa ação parlamentar, possamos contribuir, cada vez mais, para que você, Montes Claros, continue sendo a Princesa do Norte.

Termino, Sr. Presidente, as minhas palavras, fazendo um breve balanço deste semestre legislativo, que se encerra nessa semana. Procuramos, em nosso espaço e com nossos esforços, contribuir para que Minas Gerais ocupe lugar de destaque no cenário nacional.

O Governador Eduardo Azeredo tem consciência da participação efetiva desta Casa, através de um apoio político às suas pretensões e aos seus projetos. Mas, entendemos que o momento é de dificuldades.

A política econômica do Governo Federal é uma política de arrocho, que tem levado grandes dificuldades aos Estados brasileiros. Observamos, principalmente neste momento de crise, o papel de Minas Gerais: papel de Estado catalisador de idéias e de ideais, catalisador de um trabalho em comum de toda a sua população, para que Minas possa ser, cada vez mais, um Estado de destaque no cenário nacional.

Faltam recursos na área da saúde, sabemos. A situação tem sido amplamente debatida. Ainda nesta semana, o Deputado Marcelo Gonçalves fez um alerta para a questão da saúde em nosso País e em nosso Estado. É caótica, triste e desesperadora a situação, mas temos que unir nossos esforços, para procurar soluções, abrir portas para que Minas Gerais possa se destacar entre os demais Estados, principalmente os da região Sudeste.

Faltam recursos para obras. Se pararmos para observar, veremos obras de importância, no nosso Estado, serem paralisadas, no setor de infra-estrutura viária, no setor da saúde, no setor de saneamento básico. Observamos a falta de incentivo do Governo Federal a projetos estaduais que possam atender às milhares de pessoas que procuram sua habitação, e sua casa própria.

Eduardo Azeredo é um Governador que tem o respaldo desta Casa Legislativa e, principalmente, do povo de Minas Gerais. Observamos com bons olhos a parceria que o Governo está fazendo com o setor privado e a mudança na política orçamentária do Governo, que é um ponto amplamente defendido desta tribuna. Minas não pode mais perder espaço para os outros Estados vizinhos.

Observamos, agora, o pacto que Minas fez com o Estado do Rio de Janeiro, um pacto por meio do qual procuramos o desenvolvimento. Este pacto, no entanto, devido à

política tributária do Estado de Minas Gerais, devido ao acanhamento das nossas autoridades em cobrar com garra e com veemência do Governo Federal, caiu naquela velha história: Minas entrou com o pescoço e o Rio entrou com a guilhotina. Observamos, por exemplo, a perda do Estado de Minas para o Estado do Rio de Janeiro, da Volkswagen. Tudo isso se deve, basicamente à falta de uma posição mais firme de nossa parte, Deputados Estaduais, e de uma união da bancada federal. Hoje, eu observava, no "Bom Dia Minas", o Deputado Leopoldo Bessone, quando foi indagado se a bancada de Minas estava coesa e por que perdemos esse espaço para o Rio de Janeiro. Ele não soube responder, mas eu respondo: falta união, falta garra, falta um entrosamento maior dos Deputados Federais com o Governador e com esta Casa. É preciso diminuir a distância entre o Congresso Nacional e o povo de Minas Gerais. Temos que disciplinar e planejar cuidadosamente o uso de nossas forças. Resultados duráveis exigem perseverança. Temos que, acima de tudo, aplicar recursos do Estado em projetos que atendam a população desassistida e, muitas vezes, sem esperança. É esse o nosso propósito e é essa a nossa luta.

Achamos que este semestre foi altamente produtivo para esta Casa, mas temos que lutar pelo nosso espaço. O Poder Legislativo é um Poder independente. Respeitamos, o Poder Executivo; apoiamos, sim, o Governador, porque ele é um homem de propósito, mas temos que fazer valer a nossa força, a força da bancada Mineira, dos Deputados Federais, desta Casa Legislativa. Temos que ser parceiros do Governo do Estado na procura de alternativas para ajudar, cada vez mais, o povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Eu gosto muito de V. Exa., Sr. Presidente, que é um homem muito generoso para comigo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna, neste momento, apenas por dois ou três minutos, no máximo, para fazer um comunicado e deixar registrado nos anais desta Casa minha entrada, agora, para o PPR, partido que consideramos um dos maiores partidos do nosso País; partido, - posso afirmar -, cujo ideário político, cuja filosofia talvez seja a que mais combina com aquilo que pensamos. Durante o momento em que estivemos no PMN, alcançamos algumas vitórias importantes na nossa vida política. Entretanto, como já, em outra ocasião, comuniquei aos Srs. Deputados, o PMN passou a exercer uma luta exacerbada pelo nacionalismo, o que é exatamente contrário àquilo que pensamos, porque todos os meus pronunciamentos, tanto nesta Casa, quanto na Câmara de Vereadores, têm demonstrado que sou um liberal avançado. Vejo que o PPR reúne todas essas condições. Sinto-me muito honrado por ter sido convidado por todos os companheiros Líderes de partidos aqui. Vejo que todos os partidos estão bem servidos com Deputados, com pensadores políticos. Entretanto, neste momento, em que nos encontramos quase no limiar, no início de uma mudança, cremos que haverá a reforma partidária e, conseqüentemente, poucos partidos irão sobrar. Assim, tenho a convicção plena de que o PPR, é um partido que vai permanecer. É um partido que tem, hoje, 56 Deputados Federais, 6 Senadores, 3 Governadores. Podemos dizer, também, que é um partido que tem, na sua agremiação, cabeças pensantes da política nacional, como o Deputado Roberto Campos, Ibrahim Abi-Ackel, Paulo Maluf, Espiridião Amim, Delfim Neto.

Um partido que prima, sobretudo, pelas idéias progressistas. Evidentemente, quando falamos que é um partido progressista, às vezes as pessoas imaginam que se trata de uma guinada para a esquerda. Na verdade, o PPR não é outro partido senão o antigo PDS, partido que, diga-se de passagem, teve um dos mais limpos programas de governo e talvez a mais moderna diretriz de um partido político em nosso País. É um partido que se assemelha, pelo seu programa, ao Partido Republicano americano, razão pela qual sinto-me honrado de fazer parte dele. Creio que nele continuaremos. Teremos, também, com o passar do tempo, novos companheiros e a porta está aberta para receber todos aqueles que pensam da mesma forma. Nosso País precisa, na verdade, de uma tomada de posição a fim de que possa ser um País, uma Nação verdadeiramente competitiva, uma Nação que não tem monopólios, uma Nação cujo Estado não seja empresário, porque um Estado empresário não reúne condições para combater os cartéis e os monopólios, os quais, como já dissemos aqui, constituem uma das mais gritantes iniquidades contra o nosso povo. Evidentemente, o PPR pensa assim. É um partido progressista, mas moderno, renovador, razão pela qual sinto-me honrado em fazer parte dele agora. Sinto-me honrado por ter me filiado ao PPR.

Alguns comentários houve de que eu estaria sendo casuísta, seria um caso de malandragem, evidentemente, por ir para um partido pequeno como se isso fosse me legar benefícios. Isso foi até publicado, de uma forma errada, tendenciosa e maliciosa, pela imprensa, como se eu estivesse obtendo benefícios pessoais! De maneira alguma. Nós sabemos que nesta Casa não existe Líder de si mesmo. Se eu quisesse algumas benesses ou algum benefício econômico, ou contratar mais algum funcionário, eu deveria escolher um outro partido. Um partido que tivesse pelo menos mais dois Deputados nesta Casa. O Líder de si mesmo não tem nenhum benefício, como possuem os outros Líderes de dois ou de mais membros desta Casa. De forma que eu me filiei ao PPR por convicção filosófica e por entender que é o partido cuja filosofia, cujo ideário político mais combina com aquilo que pensamos.

Quero colocar-me, sempre, à disposição dos amigos, dos companheiros, dos nobres Deputados e dizer que juntos haveremos de trabalhar para nosso Estado e para nossa Nação. Para que esta seja realmente uma Nação feliz, uma Nação habitável.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica, então, comunicado oficialmente a esta Casa e já podemos colocar ali, no quadro de avisos, que eu, agora, sou, com muita honra, membro do PPR.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público das galerias, ocupo esta tribuna, nesta tarde, para fazer dois registros: o primeiro é pertinente ao decreto assinado, há poucos dias, pelo Governador Eduardo Azeredo, regulamentando o bingo no Estado de Minas Gerais. Foi uma providência das mais necessárias porque esses sorteios estavam carecendo de uma regulamentação adequada que viesse a possibilitar sua fiscalização e evitar eventuais distorções na sua prática, que foi inspirada nos melhores propósitos de prestigiar o esporte em nosso País.

O Sr. Governador constituiu uma comissão permanente que será responsável pela avaliação dos pedidos, pelo credenciamento e pela fiscalização dos clubes e das casas de jogos. Essa comissão é formada por uma representante da Secretaria da Fazenda, Sra. Neusa Ribeiro Viana, que é também Presidente da Comissão; pelo Superintendente de Esportes da SELT, o Jornalista Fernando Sasso, pelo Dr. Francisco Eustáquio Rabelo, da Secretaria de Segurança Pública, e pelo Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais, Sr. Gil Marques de Araújo Silva. Foi constituída uma comissão de alto nível, que vai gerir toda essa problemática do bingo em nosso Estado, para que, através de uma regulamentação adequada, sejam evitados os abusos que estavam acontecendo. Foi uma medida salutar do Governo do Estado a edição desse decreto regulamentador do bingo e a delegação de uma comissão das mais qualificadas para credenciar e fiscalizar as casas de jogos.

O segundo registro, Srs. Deputados, refere-se à presença do Exmo. Sr. Governador Eduardo Azeredo em São Paulo, para participar de um encontro promovido pela Associação dos Dirigentes de Venda daquele Estado. Tive a oportunidade de participar desse encontro, quando S. Exa. falou ao empresariado paulista e discorreu sobre seu plano de trabalho para o Estado de Minas Gerais. Discorreu, também, em linhas gerais, sobre o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Foi uma satisfação para nós, que estávamos presentes, verificar que nosso Governador goza de alto conceito entre os empresários paulistas, onde é saudado como uma liderança emergente, que vem despontando no cenário político nacional.

São esses os registros que desejava fazer. Quero, também, dizer que, efetivamente, com esse Plano Mineiro do Desenvolvimento Integrado, Minas, nos próximos anos, vai galgar uma posição de relevo ainda maior no cenário nacional, apresentando, futuramente, um índice de crescimento e desenvolvimento maior que os demais Estados. Esse plano tem, realmente, merecido o maior aplauso das autoridades de todo o Brasil. Muito obrigado.

Não o Governador, mas o próprio Secretário, porque são atos normativos dos Secretários a revisão de taxas e a anistia fiscal, em alguns casos, da forma que eles quiserem e pelo tempo que eles quiserem. O que nós estamos propondo é que se fixe esse prazo em 12 meses. Estamos pedindo que haja, pelo menos, um limite para esses atos, para essas isenções por meio de atos normativos dos Secretários e que esse limite seja de 12 meses. Esse tempo é mais do que suficiente para que eles possam regularizar essa situação. Ao rejeitarmos a emenda, estaremos deixando que essa regularização se faça no tempo em que o Governo e os Secretários quiserem. Pode até durar a gestão inteira do Governador Eduardo Azeredo, o que achamos extremamente ruim. Pedimos aos parlamentares que pensem. Estamos querendo aprovar uma emenda para que o Governo tenha um ano para regularizar suas pendências nessa área. E, posteriormente, para dar qualquer isenção ou para rever qualquer taxa, o Governo terá de consultar o Plenário. Ao rejeitar essa emenda, estaremos dizendo o seguinte: o Governo está autorizado a fazer o que quiser, por meio de atos normativos, e os Secretários podem fazer o que quiserem, durante o tempo que quiserem. No dia em que eles acharem por bem o Legislativo ser consultado, enviam outro projeto para que possamos votar, o que é muito ruim para nós. Por isso, pedimos apoio dos nobres colegas à aprovação da Emenda nº 2. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão foi integrada por este Deputado que ocupa a tribuna neste instante e pelos Deputados Miguel Martini, Maria Olívia, Almir Cardoso e Elbe Brandão, autora do projeto. Os suplentes da Comissão foram os Deputados Antônio Andrade, Miguel Barbosa, João Leite, Ivo José e Marcelo Gonçalves.

Não vou ler todo o relatório, por ser muito extenso. Gostaria de resumir o que nos é possível e, para que não nos tornemos cansativos, algumas conclusões principais do trabalho que desenvolvemos ao longo dos 90 dias em que fizemos encontros consecutivos para discutir um tema tão importante: a violência contra a mulher. A Comissão foi

composta pelos Deputados aqui mencionados e ainda por outras pessoas que, por solicitação da Presidência, vieram e colaboraram conosco: Dr. Luiz Carlos Gonçalo Elói, representando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Sra. Maria Isabel Ramos de Siqueira, pelo Movimento Popular da Mulher; Bela. Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada da Delegacia Especial de Crimes contra a Mulher, pela Secretaria da Segurança Pública; Sra. Denilda Regina Paiva de Brito, pela Coordenadoria dos Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte.

Colhemos vários depoimentos de pessoas importantes e mais versadas sobre o assunto, entre elas a Dra. Elaine Matozinhos, Diretora da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher; o Prof. Emerson de Aguiar Pereira Júnior, Coordenador do Projeto Um Espaço para a Mulher; a Vereadora Neusa Santos, de Belo Horizonte; a Deputada Federal Maria Elvira; a Sra. Maria de Lourdes Prata Passos, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; o Dr. Luiz Carlos Elói, representante do Tribunal de Justiça e outras, mencionadas aqui como integrantes da Comissão e que não são Deputados. Existem, ainda, vários documentos importantes, inclusive alguns que fazem parte dos arquivos da ONU, todos como parte do processo que procuramos apurar sobre a violência contra a mulher.

O que tentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi não trazer ao Plenário os lugares-comuns a respeito da violência contra a mulher, como chegar aqui e ficar atribuindo culpa somente ao Estado. Esses problemas existem, todos sabemos. Entretanto, procuramos detectar os casos mais graves, específicos da violência contra a mulher. Percebemos que os problemas generalizados de violência contra a mulher são graves. Prendemo-nos somente à parte referente à violência. Apuramos, entre outras coisas, que, segundo pesquisa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, existem 115.000 processos criminais em andamento no Estado de Minas Gerais. Desses 115.000, 17.625 evidenciam crimes praticados contra a mulher, o que representa 15% dos casos. Considerando-se a faixa etária, concluiu-se que 47% dos crimes praticados contra a mulher atingem a população infanto-juvenil, ou seja, de 0 a 18 anos. O que dá ênfase e impressiona sempre é o número de crimes sexuais, particularmente os praticados contra crianças, e o mais grave é que, nos crimes de lesões corporais e estupro, na maioria das vezes o réu é o marido, companheiro ou parente da vítima, ocorrendo, freqüentemente, o estupro praticado pelo pai contra a filha. Esse é o problema que mais nos impressionou ao longo de todo o debate.

Dos crimes praticados contra a mulher, apurou-se que, por ordem de freqüência, as incidências maiores se referem a lesões corporais, representando 41,55% dos casos e homicídios, representando 13,92%; crimes, em sua maioria, contra mulheres na faixa etária entre 18 e 35 anos.

Um dos problemas antigos que apuramos foi o da inexistência de abrigos para mulheres. Nessas situações, essa questão é, sem dúvida, um fator que induz a novas agressões e, até mesmo, ao homicídio. No caso de estupro, o Código Penal Brasileiro, que é de 1940, exige que haja a queixa-crime prévia. Se não houver queixa-crime, a Polícia e a Justiça não podem agir. Não podem porque o estupro está capitulado no Título VI do Código Penal, que trata dos crimes contra os costumes. Lá estão, entre outros, a sedução, a corrupção de menores, o rapto, o atentado violento ao pudor, etc.

Vejam V. Exas.: se qualquer pessoa estupra uma mulher, não havendo queixa da mulher, a polícia não vai agir, e o crime fica impune. Esse crime é considerado hediondo. Portanto, precisamos de questionar. O Código Penal Brasileiro é de 1940 e está ultrapassado nessa linha. O Direito não pode ficar estático perante o avanço da ciência, da tecnologia e da informática, que atingem uma fase de perplexidade. O Direito não pode ficar codificado em 1940. O Código Civil é de 1916 e, de lá para cá, houve grandes transformações, até chegarmos ao mundo de hoje. Por isso que o Código Penal está falando em mulher inexperiente e em sedução, aproveitando-se o réu da justificável confiança da mulher.

A Comissão sugere que o crime de estupro seja deslocado do Título VI do Código Penal, que trata dos crimes contra os costumes, para o Título II, que trata dos crimes contra a pessoa. Nessa situação, o crime de estupro, que tem uma pena variando de 3 a 8 anos, poderá ter a pena semelhante, por exemplo, ao tráfico de entorpecentes, tão hediondo quanto o crime de estupro. V. Exas. sabem que pelo sistema do Código de Processo Penal atual existe a maior facilidade para o réu sair da cadeia. Se o criminoso é condenado à pena mínima do crime de estupro, que é de 3 anos, não vai sequer preso, na maioria das vezes, porque o Código de Processo Penal assim o permite, com as inovações legais. Elevando-se a pena, o criminoso tem condições de ficar preso, não por vingança pelo ato que fez, mas para que passe determinado tempo de sua vida refletindo sobre a agressão que cometeu contra a família e a sociedade. Portanto, o nosso objetivo é aumentar a pena do crime de estupro, crime que impressiona e incomoda toda a sociedade, hediondo que é. Ao mesmo tempo, temos de permitir que as autoridades policiais possam agir, independentemente da existência da queixa, porque, se depender dela, como uma filha vai fazer queixa

contra o pai e como uma irmã vai fazer queixa contra o irmão? Já que a mulher pode ser vítima de estupro por parte do marido, como poderá oferecer queixa contra ele? Estamos sugerindo também que haja albergues, abrigos para as mulheres que oferecem queixa contra seus agressores, principalmente em crimes sexuais. Sugerimos, também, outras alternativas. Estamos pedindo à Casa que aprove o relatório para que nossas sugestões sejam enviadas ao Congresso Nacional, ao Governador do Estado, à Secretaria da Segurança Pública, ao Tribunal de Justiça e a outros órgãos importantes para se tomarem as providências aqui sugeridas.

Teremos, a pedido da Comissão e, se a Mesa deferir, uma reunião à parte da reunião especial do segundo semestre, quando queremos debater com os colegas Deputados temas tão importantes.

Portanto, estamos ocupando esta tribuna para, em rápidas palavras, em nome da Deputada Elbe Brandão, autora do projeto do Deputado Almir Cardoso, relator do projeto, e de todos os membros da Comissão Especial, pedir a aprovação desse relatório. Se Deus quiser, teremos, no segundo semestre, a oportunidade de debater um tema tão importante. Muito obrigado.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também gostaria de fazer alguns comentários sobre esse relatório, porque, como relator, tivemos a oportunidade de acompanhar todos os trabalhos, representando a Bancada do Partido dos Trabalhadores naquela Comissão Especial.

Gostaríamos de lembrar que a proposição inicial da Deputada Elbe Brandão ocorreu à época das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Sabemos, também, que foi uma iniciativa articulada com as entidades da sociedade civil que representam os movimentos das mulheres. Tais entidades tiveram assento na Comissão durante todos os trabalhos, quando trouxeram contribuições de grande importância, tanto para os nossos trabalhos, como para o relatório final.

O nosso Deputado Bonifácio Mourão já relatou aqui as proposições finais do relatório, e gostaríamos de poder contar com a sensibilidade dos Srs. Deputados para aprová-lo. Gostaríamos, também, de contar com a sensibilidade do nosso Governador, do Poder Executivo Estadual, para implementar as medidas propostas.

Sabemos que todas as medidas necessitam de recursos para que possam ser implementadas. Com exceção das medidas de natureza jurídica, como as propostas de mudanças no Código Penal, as demais estão a cargo do Poder Executivo e, portanto, necessitam de dotações orçamentárias.

Gostaríamos, também, de contar com o apoio dos colegas Deputados, principalmente, da bancada governista, a fim de sensibilizar o nosso Governador, para que tome tais medidas, para que todo esse segmento não fique desassistido, como se encontra hoje. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, presentes às galerias, imprensa, gostaríamos de encaminhar contrariamente ao regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 349/95, que vai ser publicado.

Eu, pessoalmente, e minha bancada não tivemos acesso ao texto do projeto. Não o conhecemos, assim como a maioria dos parlamentares, pois ele ainda vai ser publicado. Mesmo assim, vamos votar, aqui, regime de urgência para sua tramitação. Gostaríamos, portanto, de solicitar aos Srs. Deputados e ao autor do projeto, diretamente, que o deixe para ser votado depois. Vamos, primeiramente, esperar a publicação para ser feito o requerimento de pedido de urgência. É com esse objetivo que conclamo a Casa a refletir. Estamos na última semana e não dá para ficarmos votando tudo, afobadinhos, sem termos conhecimento do teor dos projetos. Esse tipo de procedimento é muito negativo para a Casa. É um apelo que faço ao autor e à Casa: não aceitemos o requerimento agora, esperemos a publicação do projeto para termos conhecimento do seu conteúdo e votarmos com conhecimento de causa. Caso contrário, será muito difícil para nós. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, a matéria para a qual foi pedida urgência não é do conhecimento de nenhum dos Deputados desta Casa que não sejam membros da Mesa. Não podemos votar algo que desconhecemos. Primeiro, precisamos analisar se é pertinente o pedido de urgência. Como votar sem conhecer a matéria em discussão?

Esta Casa tem que zelar para que os atos sejam realmente transparentes, discutidos entre todos e, dentro do possível, façam parte de consenso. É uma matéria de tal importância que, pela primeira vez, vamos examinar o que estabelecem as Constituições Federal e Estadual: indicar Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado. Queremos convocar os Deputados para que meditem e votem contra esse pedido de urgência. Não podemos admitir que se vote um pedido de urgência sem que se conheça a matéria.

Mais do que isso: a argumentação usada, de que o pedido de urgência estaria ocorrendo exatamente no recesso parlamentar e que o apreciaríamos no final de agosto, e, ainda que não houvesse o pedido de urgência, o projeto poderia ficar aqui sendo protelado, isso não aconteceu com nenhuma das matérias nesta Casa. Mesmo com relação às matérias regulares, que deram entrada aqui sem nenhum pedido de urgência, tivemos

uma rapidez muito grande na votação, quanto mais com um projeto desses.

A Bancada do PT advoga que seja negado pedido de urgência, para que haja maior discussão. Estranhamente, no final de um semestre da sessão legislativa, vemos aqui um projeto dessa magnitude. Queremos discordar do próprio mérito da Mesa em apresentar um projeto desses no final de um período da sessão legislativa. Queremos deixar bem claro que o pedido de urgência, se aprovado, é uma forma de dar aos Deputados um atestado de ignorância, porque estão votando matéria sem conhecimento desta, porque não foi explicado e discutido o projeto. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estamos para dizer que a Bancada do PT estará votando favoravelmente a esse projeto de resolução. Gostaríamos de dizer, a respeito desse projeto, que trata da reestruturação do quadro de pessoal, mais precisamente do plano de carreira da Secretaria da Assembléia Legislativa, que é uma reivindicação justa dos funcionários e que é necessária a regulamentação dos tópicos que já foram, inclusive, discutidos pelos servidores.

Mas queremos discordar do sistema adotado pela Mesa da Assembléia quando da apresentação de projetos dessa importância, de não consultar o Colégio de Líderes. O projeto necessita ser profundamente discutido e, tendo sido publicado no dia 1º de julho, com sete artigos, foi pequeno o tempo disponível para podermos estudá-lo. Quando aqui chegamos, hoje pela manhã, em reunião extraordinária, para votar o projeto, recebemos um substitutivo contendo 17 artigos, sendo que não tínhamos conhecimento do teor de mais de 10. Este o motivo de pedirmos a suspensão da reunião e seu posterior encerramento: para que pudéssemos ter acesso às informações. Ficamos, então, discutindo artigo por artigo, para maior conhecimento do assunto. Pedimos à Mesa que tivéssemos tempo suficiente para estudar o projeto, que pudéssemos ter acesso antecipado às emendas, aos substitutivos, a fim de travarmos uma discussão mais criteriosa. Temos colocado, ano após ano, essa reivindicação de acesso aos projetos de resolução em tempo hábil para estudá-los. Ficamos em franca dificuldade para votar emendas e substitutivos praticamente desconhecidos por nós, dado à questão do tempo diminuto que nos é dado para estudá-los. E isso acontece em todo o final de legislatura.

Esta Casa e o Congresso Nacional trabalharam nesse primeiro semestre, e o Poder Legislativo começa a resgatar sua autonomia. Aqui em Minas, lamentavelmente, estaremos falando sobre o excesso de decretos que o Governador Eduardo Azeredo vem baixando. Queremos resgatar toda a plenitude dos nossos direitos de trabalho, e este Poder não tem paralisado nenhuma atividade. Nenhum projeto tem tido obstrução que o impeça de andar. Não podemos ser pegos de surpresa com relatórios como esse. É boa a sugestão. Queremos, inclusive, parabenizar os servidores desta Casa, que trabalham com muito zelo e, realmente, apresentam coisas importantes. Mas é preciso que os parlamentares tomem conhecimento disso. Não dá para votar, não porque duvidamos de vocês ou da assessoria, mas queremos estar certos do que fazemos, porque é nossa obrigação. Não podemos votar projeto, por mais que reconheçamos a competência da assessoria, sem que saibamos o seu conteúdo. Caso contrário, seremos chamados de levianos e irresponsáveis. E isso esta Casa não é. É exatamente por isso que dizemos que vamos votar, mas não podemos continuar votando projetos de última hora por um método que não é o mais adequado.

Esperamos que a Mesa e o Deputado Agostinho Patrús, em quem nossa bancada confiou desde o primeiro momento, tratem com respeito todos os parlamentares. Nesse momento, a Mesa não agiu de forma correta. E espero, Sr. Presidente, que não tenhamos que paralisar as atividades para pedir orientações e que possamos ter o tempo adequado para o debate franco e aberto. Esse é o papel desta Casa. Não queremos estudar projetos de última hora. E, se eles vierem, aí sim vamos obstruir o tempo que o Regimento permite, para que possamos, de fato, ter o nosso direito respeitado, conhecer os projetos e votá-los. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a discussão desse pedido de autorização de empréstimo feito pelo Governador traz um debate bem interessante a esta Casa. O Governador solicita a este Poder autorização para contrair empréstimos junto à Cia. Vale do Rio Doce no valor de R\$8.844.000,00. Interessante é que empréstimos como esse, com um retorno social da Cia. Vale do Rio Doce, já efetivado em governos anteriores e com muitos municípios da região onde a Vale atua, inclusive em outros Estados, têm sido uma rotina de trabalho dessa estatal.

Entendemos que é sua obrigação dar para a população um retorno daquilo que usufrui, que é um bem público do povo brasileiro: o minério nacional. Mas o interessante nessa matéria, Srs. Deputados, é que esse mesmo Governador, junto com toda a revoadada dos tucanos pelo Brasil afora, defenda a privatização dessa estatal. Pergunto: se fosse uma empresa privada, em mãos de empreendimento estrangeiro, teria lançado mão de empréstimo subsidiado para atender à população de Minas e de outros Estados? É evidente que não. Então, é uma contradição do Governador, que defende a privatização da estatal junto com seu chefe maior, o Presidente FHC, permitir que se venda uma

empresa lucrativa, de setor tão estratégico como é o das riquezas minerais.

Queremos deixar bem claro que essas contradições nos fortalecem. Hoje esses setores estratégicos têm que estar em mãos do povo brasileiro, do setor estatal. Muitos empréstimos externos contraídos pelo Governo Federal têm como avalista a própria Vale do Rio Doce. Por isso, esse Governo, juntamente com o PSDB e o PFL, ao vender uma empresa lucrativa como essa, está levando à insolvência o próprio sistema econômico nacional.

A Bancada do PT e a Frente tiveram a preocupação de apresentar duas emendas, a nº 2 e a nº 3, a fim de garantir maior transparência e poder de fiscalização por parte deste Poder Legislativo. Quanto à aplicação das verbas, tanto no programa das pequenas obras de abastecimento de água e saneamento quanto no Programa Estadual de Comunidades Solidárias, há garantia de que esta Casa será informada sobre as entidades beneficiadas.

Outra questão importante na justificativa: existem normas, critérios e condições para o pagamento desses empréstimos. No bojo do projeto, não vimos essas normas obedecidas. Apesar de termos proposto, na emenda, que o Poder Executivo, 30 dias após contrair o empréstimo, preste contas das normas e condições, entendemos que essa ainda é uma regra que permite alguma especulação. Mesmo no caso da privatização da Vale, caso isso aconteça, essas normas poderão se modificar. Entendemos que, pelo menos no comunicado à sociedade, as normas estabelecidas através do Poder Legislativo já são uma garantia para que haja uma maior fiscalização e para exercermos o papel de fiscais da lei.

Para encerrar, queremos dizer que é, realmente, uma grande contradição um tucano, que manifesta que quer sair de cima do muro e defender o patrimônio nacional, ir a esse mesmo patrimônio, que é do povo, pedir um empréstimo em garantia subsidiada, que a Vale já fornece a muitos municípios de Minas Gerais e a outros Estados. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez estamos aqui e voltaremos depois, para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Vocês vão ter um pouquinho de paciência conosco.

Gostaríamos de estar fazendo um debate, mas algumas pessoas, precisamente os governistas, não estão querendo se posicionar, o que é ruim. Gostaríamos de ver se conseguimos produzir algum debate, quando discutirmos a LDO, porque esse é o nosso papel. Entretanto, não podemos obrigar ou forçar ninguém a fazer o que não quer. Mas, estamos interessados e queremos discutir essa questão e, mais uma vez, dar uma demonstração de que a Bancada do PT, que faz oposição ao Governo Eduardo Azeredo, sabe, exatamente, avaliar e discutir projeto a projeto. Nós, do PT, sabemos qual o projeto que devemos apoiar e não temos medo de dizer que votamos favoravelmente a esse projeto. Ao mesmo tempo, não temos medo de dizer por que somos contrários a outro projeto.

Em nível nacional, também, vamos ter a mesma postura, mesmo que o Presidente venha com bravatas de que a esquerda é burra. Mas, aqui estamos dando uma demonstração de que a esquerda conhece o seu papel, sabendo se posicionar de acordo com aquilo que de fato interessa ao conjunto da população. Portanto, a oposição sabe sim, colocar-se a favor, mas sabe também dizer ao Presidente da República e ao Governador do Estado, Sr. Eduardo Azeredo, que não podemos vender e entregar a Companhia Vale do Rio Doce. Vamos para a rua, dificultar essa venda. Podem nos xingar do que quiserem, de burros ou de qualquer outra coisa, mas continuaremos defendendo o patrimônio do povo brasileiro, construído com muita dificuldade, como foi construída a Companhia Vale do Rio Doce, há mais de 50 anos. Se o Sr. Eduardo Azeredo vai poder realizar algumas obras e endividar o Estado com juros subsidiados, fará isso com o dinheiro da companhia, na qual, ele agora cospe e da qual fala mal, trabalhando pelas costas, para desmontá-la. Mas, a Companhia Vale do Rio Doce vai ajudar o desenvolvimento desse Estado, porque ela ajuda todos os Estados e municípios nos quais atua a se desenvolverem, gerando o progresso social e participando das atividades assistenciais. Justamente, por isso defendemos essa companhia, o que o Governador não faz. Quando o Governador estiver aliado ao FHC, ao Fernando Henrique Cardoso, desmontando e destruindo o patrimônio do povo, estaremos do outro lado. Mas, o próprio Sr. Eduardo Azeredo reconheceu, ao enviar este projeto, que a Companhia Vale do Rio Doce, hoje, utiliza os recursos que possui para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Por isso, temos orgulho de defender essa companhia. Podem nos chamar de pessoas corporativistas, atrasadas e retrógradas. Somos sim, porque entendemos que esse patrimônio é do povo brasileiro e deve continuar sob seu controle. Enquanto tivermos força e houver a possibilidade de utilizarmos os instrumentos que a democracia oferece, vamos usá-los.

Lamentavelmente, o Governador do Estado vem trabalhando com número excessivo de decretos, ainda um vício da ditadura militar, como vem fazendo o Fernando Henrique, com o excesso de medidas provisórias, porque quer inibir o debate. Mas, continuaremos debatendo e continuaremos erguendo a nossa voz, sempre que tivermos essa

oportunidade, e, sempre, estaremos criando as condições para que o debate possa ocorrer. Na ocasião da votação das emendas, faremos os destaques e os encaminhamentos, para tentarmos, como diz a própria mensagem, garantir, pelo menos, que o povo saiba quais são as condições do empréstimo, porque no texto do projeto só há a indicação dos valores e dos locais onde estes serão aplicados. Não há a menção de como será o pagamento. O povo precisa saber como o empréstimo será quitado, porque todo dinheiro, que é pedido emprestado, deve, depois, ser pago. No caso desse empréstimo, quem o pagará não será o Governador Eduardo Azeredo, mas sim o futuro Governo. Portanto, temos a responsabilidade de saber quais serão as condições e quais serão os prazos para se efetuar esse pagamento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, percebemos com admiração mas também com um misto de decepção e estupefação que o pensamento do nosso povo está muito retrógrado. O Governo propõe, neste projeto, tomar empréstimo da Vale do Rio Doce no valor de R\$8.000.000,00. Bom, se a Vale do Rio Doce não fosse uma estatal e pagasse imposto como as empresas privadas pagam, será que o Governo estaria precisando tomar empréstimo de uma estatal? A PETROBRÁS, por exemplo, nós sabemos, tem um lucro altíssimo, mas os benefícios e os incentivos que as estatais gozam acabam permitindo que o Governo gaste muito e, quando precisa de dinheiro, se vê obrigado a tomar empréstimo das estatais exatamente por causa desses benefícios e dessas isenções de que elas gozam. Isso está provado e comprovado. O Estado não pode ser empresário porque ele simplesmente não reúne condições de combater os cartéis, razão pela qual nosso povo sofre desesperadamente. Sabemos que a Vale do Rio Doce é uma grande empresa, digna de ser aplaudida pela administração que vem fazendo. Entretanto, não devemos insistir em dizer que o País não deve entregar o patrimônio que é do povo. Quem dera se o patrimônio fosse do povo! Recentemente, vi publicado em um determinado jornal a seguinte manchete: "Os defensores das estatais no Congresso", e, em uma faixa bem grande estava escrito: "O petróleo é nosso". O petróleo é deles, porque, pelo que eu saiba, não é nem do povo nem nosso. Temos a pior e a mais cara gasolina do mundo. E a PETROBRÁS, se pagasse impostos como qualquer companhia privada, aí sim, o povo usufruiria deles, porque o Estado, cuidando da educação, da moradia e da saúde, estaria cumprindo seus deveres e não estaria competindo com o povo. Aplaudimos o trabalho da Vale do Rio Doce, mas nem por isso temos a idéia retrógrada de achar que ela deva permanecer como estatal, e de usar esse pretexto para que projetos como esse, em que o Governo propõe a autorização de um empréstimo de R\$8.000.000,00 de uma estatal, sirvam de defesa da estatização de outras empresas ou da manutenção das estatais ou de monopólios com o argumento já muito conhecido de que a empresa é patrimônio do povo. O povo é que constitui a Nação, e não os empresários, e não as estatais. Numa época de mudança de milênio, todos já têm a experiência de que só funcionam os países onde é concedida ao povo a liberdade de competir e onde o Estado proporciona a todos condições de competir sem que um esmague ou oprima o outro. A Vale do Rio Doce, por mais que tenha beneficiado ou venha beneficiar o nosso povo, como estatal, estará competindo com qualquer empresa da iniciativa privada e gozará de benefícios que, se não os gozasse, daria aos cofres públicos muito mais que R\$8.000.000,00, numa época como essa. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com um aplauso deste, igual ao do nobre Deputado que me antecedeu, pois a Vale não precisa de nenhuma vaia. Cheguei à conclusão de que quem tem esse tipo de aplauso não precisa de vaia, e quem tem esse tipo de amigo, também, não precisa de inimigo. Como é que ele defende de um lado e coloca na bandeja, para ser entregue, de outro?

Mas quero dizer que sou a favor desse empréstimo, porque a Vale do Rio Doce tem sido parceira da sociedade e das administrações há muito tempo. Aliás, na administração de Eduardo Azeredo, como Prefeito de Belo Horizonte, a Vale patrocinou e doou à Capital a reforma do Parque Municipal, que tinha 50 anos sem nenhuma melhora e ficou maravilhoso.

A parceria do Governador Eduardo Azeredo com a Vale é antiga, o que nos leva a crer que, no seu sentimento pessoal, ele é contra a venda da Vale. Mas, atendendo a interesses ligados à Presidência da República, no seu íntimo, ele é obrigado a abrir mão de sua posição pessoal e aprovar. Isso se parece com soneto de Augusto dos Anjos.

Quero dizer que está completamente equivocada a posição do Deputado que falou, aqui, de privilégios de estatal, porque entendo que o dinheiro que circula no mundo, hoje, não dá para pagar o patrimônio das reservas da Vale do Rio Doce. O ativo no mundo todo não dá. Entretanto, isso não vai ser considerado. Vão pagar apenas estradas de ferro e portos. Se se privatizar a Vale, do jeito que estão fazendo, no próximo século o Brasil estará importando minério de ferro do Japão, porque eles vão transportar todo o minério para lá e acabarão com as nossas jazidas em 20 anos. Hoje, já existe, no Japão, minério de Itabira e de outros lugares para vender. Eles estocam no mar. Os Estados Unidos estocam no deserto de Nevada. Aí, ficarão de presente para o povo brasileiro as sucatas das estradas de ferro e os portos.

Então, acho que o nosso Governador tem essa experiência muito salutar com a Vale do Rio Doce e, sendo ele muito jovem, vai sentir no futuro a sua posição de ajudar a entregar o saber da Vale do Rio Doce. O que vale menos na Vale são as estradas de ferro e os portos. O que vale mais na Vale é o saber, a tecnologia que ela desenvolveu, e não há dinheiro, no mundo, que pague o que não está entrando no orçamento. Acho que a sua venda é uma traição aos cientistas brasileiros, é uma traição às crianças que já nasceram e às que ainda não nasceram, porque, se temos reserva de minério de ferro para 400 anos, e se isso cair nas mãos de empresários internacionais, em 40 anos eles acabam com o estoque, estocando-o do outro lado do mundo, e depois o Brasil importará manganês do Japão. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui votando um projeto extremamente importante para o Estado, que é exatamente a lei que estabelece as diretrizes do orçamento fiscal das empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, para o exercício de 1996. Queremos dizer que estaremos votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, também, como estabelece a Constituição do Estado, o Plano Plurianual e o Programa de Desenvolvimento Integrado. Até agora, o Governo fez a publicidade, a propaganda, mas não temos nada que possamos debater e votar. Lamentamos que o Governador do Estado mande os holofotes para divulgação, mas que não venha para o debate. Não somos contra um programa do Estado, mas precisamos debater. A própria Constituição nos assegura esse direito. Ao estudarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1996, constatamos que é praticamente uma cópia das dos anos anteriores. O que vem sendo alterado são só os planos. Seu conteúdo e texto apresentado são semelhantes. As diretrizes básicas que teremos são válidas para o próximo período. Estaremos votando favoravelmente a esse projeto de diretrizes, mas, antes disso, temos de debatê-lo.

Fizemos vários pedidos de destaques nas comissões e aqui. Solicitamos destaques de algumas emendas que entendemos serem importantes e fundamentais, para que, de fato, possamos fazer os debates. Pedimos ao Plenário que reconsidere cada emenda para que possamos ter uma lei orçamentária mais próxima da realidade, o que, ao mesmo tempo, garantirá a sua execução posterior.

Mas, o que gostaríamos de fazer, neste primeiro encaminhamento da lei, é dizer que é preciso uma mudança de mentalidade, que, pelo visto, parece que está ocorrendo, aqui, no Legislativo. Não basta votarmos as leis básicas, se, depois, não temos como acompanhar a sua execução, como fiscalizá-las. Um dos itens que estamos apresentando na Comissão, e que foi comentado pelo Deputado Miguel Martini, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, é que precisamos ter acesso às informações do CEAP. Precisamos integrar os nossos computadores, para que o Poder Executivo possa trocar informações com o Poder Legislativo. Caso contrário, não vamos ter condições de saber se a lei está sendo executada ou não. Faltam-nos subsídios, faltam-nos informações. A informação que nos foi dada é de que um projeto do Deputado Antônio Carlos Pereira, foi, lamentavelmente, vetado, mas há um outro projeto, do Deputado Miguel Martini, que está tramitando na Casa. Esperamos que ele receba um tratamento especial, para que possamos votá-lo rapidamente, apresentando modificações, para que o Poder Legislativo possa, realmente, começar a cumprir uma das suas prerrogativas, que é a de fiscalização, com mais clareza e tranquilidade. Dificilmente estamos conseguindo fazer isso, porque não temos acesso a uma série de informações que estariam disponíveis por meio do CEAP, da integração. Quando pedimos uma informação, depois de muito tempo, ela chega aqui. Por exemplo, na questão da BR-381, a duplicação da Fernão Dias, fizemos uma solicitação que já foi encaminhada há mais de 30 dias e, ainda, não chegou a resposta. A própria Constituição diz, textualmente, que temos direito de receber as informações dentro desse prazo mas, lamentavelmente, isso não ocorre. O mesmo acontece com a Mendes Júnior, quanto ao acerto de contas que está sendo feito com o grupo Belgo-Mineira. Pedimos informações e nada. Como exercer o nosso poder de fiscalização, se não temos acesso à informação? No caso do funcionalismo público - que para mim foi o maior equívoco que esta Legislatura cometeu no primeiro semestre - foi, exatamente, abrir mão da sua prerrogativa de legislar sobre a vida do funcionalismo, passando para o Executivo o poder de legislar por decreto. O Legislativo se omitiu nessa questão. O Poder Executivo usou, não vou dizer que foi de má-fé, mas que usou de um artifício, de fatos não verídicos e fez uma campanha publicitária, na televisão, contra os professores do Estado de Minas Gerais. O Governo do Estado foi à televisão dizendo que a média salarial dos professores era de Cr\$396,00. Depois, a Secretária da Educação teve que mandar suspender a propaganda, porque era mentirosa. Os números da Secretaria de Administração diziam que a média não era Cr\$396,00. Por quê? Porque esconderam os professores regentes, que ficaram fora, o que, logicamente, modificou o número da média. O Estado gastou uma enorme quantia de dinheiro com publicidade enganosa. Mandamos uma carta à Secretária de Educação e ao Secretário de Administração para que façam a correção, mas até hoje não obtivemos resposta.

Não há mecanismo direto para que possamos ter acesso a esses dados. Temos uma

dificuldade enorme para conseguirmos e, enquanto isso, a população fica sem respaldo. Não temos como defender a população, porque nos faltam esses subsídios e esses dados. É exatamente o que queremos modificar. Votaremos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas, posteriormente, queremos ter condições de acompanhar sua aplicação e de constatar se, de fato, ela está sendo cumprida.

Durante a votação das emendas, tecerei comentários mais detalhados a respeito da isenção de ICMS que, hoje, é concedido aos canais de televisão. Gostaria de contar com o apoio do Pastor Raul Lima Neto, que diz que o Estado tem concedido benefícios aos donos de canais de televisão, que ganham uma fortuna em cima disso. O Estado os está subsidiando, já que eles não pagam ICMS, o que achamos um absurdo.

Esperamos contar com o apoio do Plenário para que consigamos mudar isso. Estamos, aqui, pedindo o apoio, também, na questão do funcionalismo público, quanto ao cumprimento do art. 34 da Constituição por parte do Governo. Dizemos que o povo precisa cumprir a Constituição, subimos à tribuna para dizer que os petroleiros deveriam cumprir a determinação da justiça, porém o próprio Governo não está cumprindo com seu dever. Está passando por cima e nós fazemos "vista grossa". Vou falar sobre isso e sobre a questão do assentamento dos trabalhadores rurais posteriormente, quando formos debater as emendas destacadas que fizemos.

Queremos colocar nosso posicionamento favorável, mas queremos mecanismos de controle e de fiscalização, para que possamos exercer, na plenitude, aquilo que a Constituição nos assegura. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Emenda nº 2, da qual pedimos destaque, diz respeito a uma injustiça, segundo nosso entendimento. Todas as empresas e todas as pessoas fazem suas contribuições e seus pagamentos de impostos. Injustificadamente, temos, ano após ano, isentado do pagamento do ICMS as emissoras de televisão. Não conseguimos entender por que esse meio de comunicação tem que ficar fora das contribuições. Aí, sim, o Estado está subsidiando iniciativa privada. Aí o Estado pode retirar os recursos da saúde e da educação para garantir que as emissoras continuem faturando alto. Isso, para que o Sistema Globo, o Sistema Brasileiro de Televisão, a Bandeirantes, a Record e outras continuem ganhando. Aí o Estado pode subsidiar a iniciativa privada. O que estamos pedindo é exatamente que haja justiça fiscal. A nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que estabelecer que esse imposto também vai incidir sobre as emissoras de televisão. Por que só elas vão ficar de fora? Qual é o privilégio? Não temos medo de vir aqui defender isso e depois sermos bombardeados pelos meios de comunicação, em especial pela televisão. Se quisermos ter justiça tributária, é preciso que todos paguem. Por que é exigida, de todos os cidadãos sua contribuição e as emissoras de televisão ficam isentas? As famílias que dirigem as emissoras de televisão são constituídas de cidadãos de primeira categoria neste País. Nós, outros, precisamos pagar. Não consigo entender por que esse benefício é concedido aqui em Minas Gerais. Nos outros Estados esse equívoco já foi corrigido. Não entendemos por que Minas Gerais continua mantendo esse paternalismo. Será que é porque queremos continuar recebendo os holofotes para darmos entrevistas nessas emissoras? É um absurdo um negócio como esse. Queremos fazer uma barganha contra isso. Para que isso? Isso não engrandece. A independência de comunicação é uma forma camuflada de termos uma relação meio promíscua com os meios de comunicação, especialmente a televisão. E é exatamente por isso que estamos pedindo a este Plenário que reveja a posição equivocada da Comissão. Que possamos, então, aprovar essa emenda, para corrigir esta injustiça. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos votar, agora, a Emenda nº 4. Seria muito bom se o nosso painel eletrônico funcionasse como o do Congresso Nacional. Assim, as votações ficariam registradas com toda fidelidade. Nele só aparecem os nomes.

A Emenda nº 4 fala exatamente da implantação de terminais na Assembléia e no Tribunal de Contas. A justificativa para sua rejeição é a de que há um projeto em tramitação na Casa que irá assegurar essa implantação. No nosso entendimento seria bom termos assegurado isso na LDO. Só assim teremos as diretrizes definidas. Caso contrário, veremos esse projeto se arrastar no segundo semestre. No próximo ano, começaremos a trabalhar sem acesso às informações. Continuaremos, sistematicamente, sem condições de exercer plenamente aquilo que a Constituição nos assegura, que é exatamente a fiscalização. Por isso, pedimos a aprovação dessa emenda, para que tenhamos asseguradas as condições de acesso às informações tão importantes para o exercício pleno do nosso mandato. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Vou encaminhar contrariamente ao colega Deputado Gilmar Machado. Vou encaminhar contra a emenda.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para destacar a questão da votação da emenda anterior. Mesmo sendo professor de História, fui aluno aplicado em Matemática.

Confesso que contei, a favor da emenda anterior, 16 votos. Alguns colegas contaram 17. Creio estar na hora de o Sr. Presidente colocar em prática o compromisso assumido quando de sua campanha para a Presidência desta Casa. Na ocasião, uma de suas metas era a implantação de fato do painel eletrônico neste Plenário. Somente o painel nos dará maior segurança no momento da contagem dos votos, eliminando qualquer suspeita quanto ao resultado da votação. Insistimos, Sr. Presidente, em que se cumpra essa promessa, inclusive para justificar o gasto com a implantação do painel. Não podemos ficar à mercê da precariedade que sabemos existir numa contagem feita a mão. Melhor seria que a Assembléia Legislativa justificasse para o povo de Minas Gerais o motivo da existência do painel eletrônico, uma vez que ele se encontra desativado. Não tem o menor cabimento fazer-se um gasto dessa monta com um painel que não está sendo usado. Solicito ao Sr. Presidente que nesse 2º semestre possamos utilizar adequadamente o painel, para que não vivamos situações constrangedoras de suspeita no momento da contagem dos votos. Entendemos que o resultado de qualquer votação pode ser impugnado por Deputado pertencente aos diversos partidos, uma vez que a contagem de votos feita "no olho" não é absolutamente correta. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estamos para dizer que a Bancada do PT não vai desistir. Podemos sistematicamente perder, mas vamos continuar expondo nossas idéias e votando.

Vou ler a Emenda nº 13 para que saibam do seu teor.(- Lê:) "A lei orçamentária deverá vir acompanhada de demonstrativos dos déficits das administrações direta e indireta, com discriminação dos 200 maiores fornecedores e prestadores de serviços, com os respectivos valores".

Para exercer a nossa atividade, precisamos ter acesso a essas informações, porque são fundamentais para que possamos avaliar o que o Estado está fazendo ou deixando de fazer. Até mesmo precisamos de saber, na hora em que formos votar o orçamento, as obras que foram priorizadas ou não, quem deve ser priorizado no atendimento de suas reivindicações ou não.

Ao se votar contrariamente a essa emenda, nega-se o direito de receber informação. Não consigo entender porque o Legislativo tem receio de receber informação. A emenda assegura que a lei vai garantir que tenhamos acesso à informação. Peço aos Deputados que reflitam. O teor da emenda é para nos assegurar o direito a informações importantíssimas para que possamos votar, inclusive, a peça principal, que é o orçamento. Estamos indo ao interior discutir o orçamento do Estado nas audiências públicas e não podemos abrir mão de informações. Precisamos de informações básicas para podermos montar o orçamento. Faço um apelo para que reflitam, para que possam assegurar ao Poder Legislativo o direito de ter informação. Só isso. Se o Deputado não está tendo condição de ter informação, imagine-se como vai o restante da população do Estado, conseguir acompanhar o Governo.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/7/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, e 1.189, de 22/2/95, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos:

exonerando Elcio Macedo do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Simão Pedro Toledo, Vice-Líder do PTB;

nomeando Carlos José Marques Silva para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Mauri Torres, Vice-Líder do PSDB;

nomeando Alberto Queiroz Barbosa para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete da Liderança do PMDB.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00355 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - CAXAMBU - CAXAMBU.

DEPUTADO: WANDERLEY AVILA.

CONVÊNIO Nº 00356 - VALOR: R\$2.500,00.

ENTIDADE: GAS - GUARACIABA ASSISTENCIA SOCIAL - GUARACIABA.

DEPUTADO: TONINHO ZEITUNE.

CONVÊNIO Nº 00358 - VALOR: R\$1.800,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. RIO PEIXE - CAMBUI.

DEPUTADO: SIMAO PEDRO TOLEDO.

CONVÊNIO Nº 00359 - VALOR: R\$7.700,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO AMIGOS BAIRRO VILA NOVA - MANTENA.

DEPUTADO: MARIA JOSE HAUEISEN.

CONVÊNIO Nº 00360 - VALOR: R\$12.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL BONFINOPOLIS MINAS - BONFINOPOLIS MINAS.

DEPUTADO: ELMIRO NASCIMENTO.

CONVÊNIO Nº 00361 - VALOR: R\$12.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE OLEGARIO - PRESIDENTE OLEGARIO.

DEPUTADO: ELMIRO NASCIMENTO.

CONVÊNIO Nº 00362 - VALOR: R\$25.000,00.

ENTIDADE: GRUPO ESPIRITA LEGIONARIOS MARIA - PATOS MINAS.

DEPUTADO: HELY TARQUINIO.

CONVÊNIO Nº 00363 - VALOR: R\$15.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL RIO VERMELHO - RIO VERMELHO.

DEPUTADO: WANDERLEY AVILA.

CONVÊNIO Nº 00364 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL CARANAIBA - CARANAIBA.

DEPUTADO: ARNALDO PENNA.

CONVÊNIO Nº 00365 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: BANDA MUSICA EUTERPE QUITERIENSE - ESMERARALDAS.

DEPUTADO: MARCO REGIS.

CONVÊNIO Nº 00366 - VALOR: R\$14.500,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. CANSANCAO BAIXO - SAO JOAO EVANGELISTA.

DEPUTADO: AMBROSIO PINTO.

CONVÊNIO Nº 00367 - VALOR: R\$11.500,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DORES GUANHAES - DORES GUANHAES.

DEPUTADO: ALBERTO PINTO COELHO.

CONVÊNIO Nº 00368 - VALOR: R\$15.300,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES DISTRITO FIDALGO - PEDRO LEOPOLDO.

DEPUTADO: MARCELO GONCALVES.

CONVÊNIO Nº 00369 - VALOR: R\$28.300,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO INCENTIVO PEQUENO PRODUTOR SANTA RITA - OURO PRETO.

DEPUTADO: JOSE LEANDRO.

CONVÊNIO Nº 00370 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO FEMININA TEBANA - AFET - LEOPOLDINA.

DEPUTADO: BENE GUEDES.

CONVÊNIO Nº 00371 - VALOR: R\$4.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL CACHOEIRA PRATA - CACHOEIRA PRATA.

DEPUTADO: FRANCISCO RAMALHO.

CONVÊNIO Nº 00372 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. POVOADO NOVA FATIMA - SALINAS.

DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.

CONVÊNIO Nº 00374 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: HOSPITAL WILKINSON SOUZA MEIRELES - MIRADOURO.

DEPUTADO: SEBASTIAO COSTA.

CONVÊNIO Nº 00390 - VALOR: R\$3.500,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. PENHA CAPIM - AIMORES.

DEPUTADO: JOSE HENRIQUE.

CONVÊNIO Nº 00392 - VALOR: R\$15.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ALPERCATA - ALPERCATA.

DEPUTADO: JOSE HENRIQUE.

CONVÊNIO Nº 00393 - VALOR: R\$18.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL JAMPRUCA - JAMPRUCA.

DEPUTADO: JOSE LAVIOLA.

CONVÊNIO Nº 00213 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: GRUPO MAES FAMILIA UNIDA BAIRRO 1o. MAIO ADJACENCIAS - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: ALENCAR SILVEIRA JUNIOR.
CONVÊNIO N° 00220 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: OBRAS SOCIAIS PAROQUIA SAO JOAQUIM BICAS - IGARAPE.
DEPUTADO: ALENCAR SILVEIRA JUNIOR.
CONVÊNIO N° 00373 - VALOR: R\$20.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. SACO FECHADO BOLINA - FELIXLANDIA.
DEPUTADO: REINALDO DE LIMA.
CONVÊNIO N° 00375 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: CASA MEMORIA VALE SAO FRANCISCO - JANUARIA.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.
CONVÊNIO N° 00376 - VALOR: R\$4.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO CENTRO COMUN. INFANTIL - PATOS MINAS.
DEPUTADO: HELY TARQUINIO.
CONVÊNIO N° 00377 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO CASA CRIANCA - NOVA RESENDE.
DEPUTADO: MARCO REGIS.
CONVÊNIO N° 00378 - VALOR: R\$56.600,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MINEIRA PARAPLEGICOS - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: JOAO BATISTA OLIVEIRA.
CONVÊNIO N° 00379 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PEQUENOS PRODUTORES RURAIS LARANJEIRAS - MONTE AZUL.
DEPUTADO: PERICLES FERREIRA.
CONVÊNIO N° 00380 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL TAIOBEIRAS - TAIOBEIRAS.
DEPUTADO: PERICLES FERREIRA.
CONVÊNIO N° 00381 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. CARMO CACHOEIRA - CARMO CACHOEIRA.
DEPUTADO: AILTON VILELA.
CONVÊNIO N° 00382 - VALOR: R\$3.800,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTO ANTONIO JACINTO - SANTO ANTONIO JACINTO.
DEPUTADO: JORGE HANNAS.
CONVÊNIO N° 00383 - VALOR: R\$22.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ALVARENGA - ALVARENGA.
DEPUTADO: DURVAL ANGELO.
CONVÊNIO N° 00384 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR OLIVIA GRANJA PINA E. ESTADUAL OLEGARIO MACIEL - JANUARIA.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.
CONVÊNIO N° 00385 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARGARIDA - SANTA MARGARIDA.
DEPUTADO: SEBASTIAO COSTA.
CONVÊNIO N° 00386 - VALOR: R\$11.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. VILA DIAS - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: JOAO LEITE.
CONVÊNIO N° 00387 - VALOR: R\$28.000,00.
ENTIDADE: FUNDACAO SAO SEBASTIAO - ESPINOSA - ESPINOSA.
DEPUTADO: JOSE FERRAZ.

ERRATA

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO
N° 342/95**

Na redação final do Projeto de Resolução n° 342/95, publicada na edição de 13/7/95, na pág. 48, col. 4, no inciso II do art. 5, onde se lê:

"II - interstício de 3 (três) anos de efetivo exercício, observado o disposto no inciso II do artigo anterior;", leia-se:

"II - interstício de 3 (três) anos de efetivo exercício, observado, quanto à lotação, o disposto no inciso II do artigo anterior;".

Na mesma página e coluna, inclua-se, após o inciso VII do art. 6°, o seguinte inciso VIII:

"VIII - licença para doação de sangue.".

Na mesma página e coluna, no inciso VII do art. 6°, onde se lê:

"90 (noventa) dias.", leia-se:

"90 (noventa) dias;".

Obs.: As alterações feitas nesta errata são válidas também para a redação do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Resolução nº 342/95 e para a redação do vencido no 1º no 1º turno da referida proposição.
